

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pelo editor da Verbena Editora, em 03 de dezembro de 2020, para disponibilizar, gratuitamente, o livro **Diálogos entre Anísio e Darcy**: o projeto da UnB e a educação brasileira para fins acadêmicos e não comerciais (leitura, impressão e/ou download) a partir desta data. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

REFERÊNCIA

CUNHA, Célio da; CASTIONI, Remi. Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo: pioneiros de uma nova universidade. In: VILLAR, José Luiz; CASTIONI, Remi (org.). **Diálogos entre Anísio e Darcy**: o projeto da UnB e a educação brasileira. Brasília: Verbena Editora, 2012. p. 83-110.

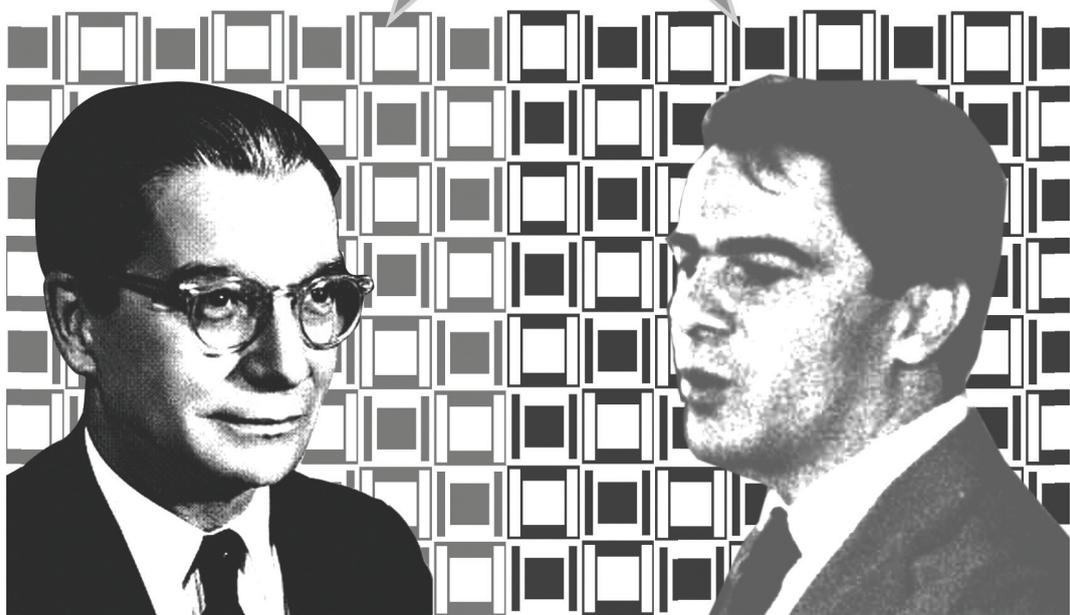


UnB



50¹⁹⁶²
2012

DIÁLOGOS ENTRE ANÍSIO E DARCY



O PROJETO DA UnB E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Organizadores:

José Luiz Villar

Remi Castioni

VERBENA

EDITORA

Copyright © 2012 by José Luiz Villar e Remi Castioni

Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada, reproduzida ou armazenada em qualquer forma ou meio, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. sem a permissão por escrito da editora.

Este livro tem o apoio da Comissão “UnB 50 anos”. Chamada Pública de Propostas “UnB 50 anos” Número 01/2012

Revisão: Fabiano Cardoso
Capa: Eloisa de Moura Alves
Edição eletrônica: Eloisa de Moura Alves

VERBENA EDITORA

DIREÇÃO EXECUTIVA

Cassio Loretti Werneck

EDITORES

Benicio Schmidt
Arno Vogel
Fabiano Cardoso

CONSELHO EDITORIAL

Santiago Alvarez (Argentina)	Tarso Mazzotti
Eleonora Menicucci	Marco da Silva Mello
Luiz Carlos de Lima Silveira	Lacir Jorge Soares
Ivan Quagio	Geniberto Paiva Campos
Mary Allegretti	Hermes Zaneti
Lia Zanotta Machado	Paulo Amarante

**Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Maria Solange de Oliveira Pereira Fierro – CRB: 3217/8***

D536 Diálogos entre Anísio e Darcy: o projeto da UnB e a educação brasileira.
/ José Luiz Villar e Remi Castioni, organizadores. - Brasília: Verbena
Editora, 2012.
250 p.
ISBN 978-85-64857-04-9

1. Pedagogia 2. Educação 3. Anísio Teixeira 4. Darcy Ribeiro 5.
Universidade de Brasília (UnB) 6. Brasil I. Villar, José Luiz (org.) II.
Castioni, Remi (org.) III. Título

CDD 370

VERBENA
EDITORA

Direitos desta edição reservados para Verbena Editora Ltda.
SRTVN 701, Ed. Brasília Radio Center - Sala 3030
CEP: 70719-900 - Brasília DF
www.verbenaeditora.com.br

IV - Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo: pioneiros de uma nova universidade

**Célio da Cunha
Remi Castioni**

O objetivo do presente texto é o de apresentar e discutir as ideias e concepções de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira sobre a universidade como subsídios às reflexões que se processam na atualidade em direção a uma retomada do projeto universitário da UnB. Ambos os pensadores da educação estiveram à frente das lutas pela renovação educacional do país que começa nos anos vinte do século passado e se prolonga até os anos sessenta com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases e a fundação da Universidade de Brasília. Tanto um como outro defendiam a criação de universidade como instância central para inaugurar uma nova política de educação que pudesse abrir espaços culturais e científicos para a emancipação intelectual do país. Para tanto, proceder-se-á, em primeiro lugar, a uma caracterização do panorama socioeconômico e cultural daquela época com vistas a contextualizar suas ideias e, em seguida, sintetizar suas concepções de universidade tomando-se como referência a participação de Fernando de Azevedo na criação da Universidade de São Paulo, em 1934, e de Anísio Teixeira, na Universidade do Distrito Federal, em 1935. O texto se completa com algumas considerações finais sobre o legado desses pensadores para o enfrentamento das hesitações e desafios atuais da universidade no Brasil.

Para se compreender a importância da luta histórica de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo em prol da renovação



educacional do País, torna-se necessário rever, ainda que de forma breve, alguns fatos que antecedem a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. A conjuntura político-econômica e cultural de 1930 não era mais a mesma dos anos anteriores. À época da comemoração do 1º centenário da Independência, em 1922, o país começa a se autoexaminar em vários planos. No plano político, a velha ordem patriarcal dava sinais de declínio. O movimento tenentista de 1922, reeditado em 1924, anunciava novos tempos. Os anos que se seguem ao movimento dos tenentes servem apenas para aumentar a descrença aos valores e às práticas coronelísticas da Primeira República. As tentativas restauradoras de Arthur Bernardes ou Washington Luiz não surtem efeito. A República Velha perdera o vigor de décadas anteriores (CUNHA, 1989, p. 21-22).

No plano econômico, o sistema coronelista, tão bem caracterizado por Vitor Nunes Leal em sua obra clássica *Coronelismo, Enxada e Voto*, mostra-se incompatível com as tendências modernizadoras do país. O crescente processo de industrialização e urbanização, o crescimento do eleitorado urbano, a ascensão de camadas médias da população e da burguesia, a crise do café e a melhoria dos meios de comunicação colocam-se como ingredientes debilitadores do sistema coronelista. A estrutura política então vigente, minimizava o papel do Presidente da República, que ficava muitas vezes sem forças para uma atuação direta frente às inquietações e manifestações de protesto contra a velha ordem oligárquica. Acrescenta-se ainda a depressão econômica de 1929 que contribuiu para diminuir o poder de compra no exterior, favorecendo, por conseguinte, o mercado interno e ajudando a dar impulso à industrialização (Idem, p. 23-24).

No plano cultural e educacional, em continuidade ao pioneirismo de escritores e ensaístas do final do século XIX e começo do século XX, como Euclides da Cunha, Machado de Assis, Manoel Bomfim, Lima Barreto, entre outros que, por



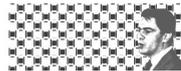


caminhos diferentes começaram a enxergar mais longe os problemas e as contradições da dependente sociedade brasileira, os anos vinte serão palco de maior amadurecimento cultural do país. Nesse sentido, a realização, em 1922, da Semana de Arte Moderna, com Mário e Oswald de Andrade achincalhando as mentes conservadoras, representa um salto sem precedentes. Ademais, o surgimento de obras como o *Urupês*, de Monteiro Lobato, considerado por Oswald de Andrade, segundo Edgar Cavalheiro, o “marco zero” do “movimento modernista” indica nítida tendência de aprofundamento das reflexões sobre a cultura brasileira que, alguns anos depois se concretizaria com as obras de Caio Prado Júnior, Gilberto Freire, Sergio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, entre outros. Essas obras tiveram o mérito de expor e problematizar as assimetrias regionais e as condições e contradições dos diferentes brasis (Ibidem, p. 47-49).

Nesse clima de entusiasmo e renovação, a área de educação não ficaria à margem. O surgimento de educadores como Sampaio Dória, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, para citar apenas alguns, e a fundação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação, que logo haveria de converter-se em espaço de grandes debates da educação nacional, tem, no campo educacional, significado semelhante ao da Semana de Arte Moderna no plano cultural, ou seja, a geração de educadores desse tempo se mobiliza em várias frentes para fazer da educação uma prioridade do Estado brasileiro.

Foi nesse panorama de mudanças que o Jornal “O Estado de São Paulo”, em 1926, confiou a Fernando de Azevedo a tarefa de promover amplo inquérito sobre a educação pública em São Paulo junto a autoridades e “representantes de diversas correntes de pensamento pedagógico, conservadores e radicalistas” (AZEVEDO, 1960, p. 19) com o objetivo de colher críticas e sugestões para a reforma da educação em São Paulo. Nesse inquérito, considerado por Fernando de Azevedo um dos mais





importantes documentos na história do movimento de renovação escolar que tomou corpo em várias grandes reformas (Idem, p. 27), foram consultados diversos expoentes da intelectualidade de São Paulo, sendo que com referência à educação secundária e superior, foram ouvidos, entre outros, Teodoro Ramos, Reinaldo Porchat, Artur Neiva, Amadeu Amaral e Rui de Paula Souza. Em seu relatório final, Fernando Azevedo destaca a opinião favorável da maioria dos depoimentos em prol da criação de uma universidade. Lamentava que, apesar disso, ainda havia muitas pessoas que não tinham a suficiente convicção sobre a importância dessa instituição, “capaz de contribuir, pela sua força orientadora e pelo seu poder criador, não só para o progresso da nacionalidade em formação, como para o enriquecimento do saber humano” (Ibidem, p. 267). Para ele, a universidade seria o único meio de sairmos da situação de inferioridade em que o descaso secular desse problema nos colocou. Aos cursos superiores de fins profissionais, com poucas exceções, ponderava Azevedo, faltavam a “universalidade e profundidade” que são da essência dos cursos universitários. As universidades devem ser organismos vivos, adaptados às sociedades, e destinadas a acompanhar, interpretar-lhes e dirigir-lhes a evolução, em todos os aspectos de sua vida múltipla e variada (AZEVEDO, 1960, p. 267-268).

Ao tempo do inquérito sobre a educação pública em São Paulo, formalmente só existia uma universidade no Brasil, a do Rio de Janeiro, criada mediante a reunião de escolas superiores e, portanto, sem a dimensão de estudos universitários aprofundados a que se referia Fernando de Azevedo no Inquérito. A importância histórica desse inventário, que promoveu ampla reflexão sobre diferentes questões da política educacional, foi inegável. Além de agregar ideias novas ao movimento de renovação educacional em curso nessa fase de transição da política e da economia do país, colocou a questão universitária na agenda prioritária das mudanças pretendidas. Serviu ainda para projetar Fernando de Azevedo como uma das mentes mais rigorosas e lúcidas da





educação brasileira, condição confirmada pouco tempo depois pelo convite por ele recebido para dirigir da educação no Distrito Federal e onde empreenderia reforma emblemática até hoje lembrada por vários estudos e pesquisas.

Quando Fernando de Azevedo realizou o inquérito, em 1926, Anísio Teixeira era o Diretor Geral da Instrução no Estado da Bahia, seguindo logo depois para os Estados Unidos para realizar estudos pós-graduados com John Dewey na Universidade de Columbia. Dewey era considerado, talvez, a maior expressão do pensamento pedagógico da Educação Nova no Ocidente. Suas ideias sobre educação, vida e democracia despertaram em Anísio Teixeira entusiasmo, motivação e o mais profundo interesse. Nos Estados Unidos da América, o Educador brasileiro conhece e faz amizade com Monteiro Lobato, que lá se encontrava como adido comercial do Brasil. Anísio Teixeira e Monteiro Lobato tornam-se grandes amigos. De volta ao Brasil, o jovem Educador leva a Fernando de Azevedo, então Diretor da Instrução Pública no Rio de Janeiro, uma carta de Monteiro Lobato, cuja transcrição não poderia ser mais oportuna:

Fernando. Ao receberes esta, para! Bota pra fora qualquer senador que te esteja aporri-nhando. Solta o pessoal da sala e atende o apresentado pois ele é o nosso grande Anísio Teixeira, a inteligência mais brilhante e o maior coração que já encontrei nestes últimos anos de minha vida. O Anísio viu, sentiu e compreendeu na América e aí te dirá o que realmente significa esse fenômeno novo no mundo. Ouve-o, adora-o como todos os que o conhecemos, torna-te amigo dele como me tornei, como nos tornamos eu e você. Bem sabes que há uma certa irmandade no mundo e que é desses irmãos, quando se encontram,





reconhecerem-se. Adeus. Estou escrevendo a galope, a bordo do navio que vai levando uma grande coisa para o Brasil: o Anísio lapidado pela América (LOBATO, 1960, p. 69).

Lobato, em seu olhar clínico, penetrante e prospectivo, por vezes profético, não falharia. Fernando de Azevedo, depois de ler a carta e conversar longamente com Anísio Teixeira, afirmou que tudo o que Lobato havia escrito foi um julgamento definitivo. Foi tomando forma e vida. Ganhei o dia, sublinhou Fernando de Azevedo, por ter a fortuna de conhecer de perto a figura admirável que tão profundamente havia impressionado Lobato. “Confesso”, diz Fernando de Azevedo, “haver tido logo o pressentimento do destino de Anísio e do papel que lhe estava reservado na história da educação no país. Quando Anísio se levantou, já éramos amigos”, concluiu Fernando de Azevedo (AZEVEDO, 1960, p. 69-70). Uma amizade que cresceria e se fortaleceria em diversas jornadas em defesa dos mesmos ideais de ajudar o Brasil a levantar-se de seu “berço esplêndido” e começar, pela escola, a resgatar uma dívida social histórica.

Com o retorno de Anísio Teixeira, o movimento de renovação educacional dos anos 1920, ganha um poderoso aliado. Em outubro de 1931, ele assume a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, onde terá a oportunidade de introduzir várias inovações, colocando em prática muitas das ideias da Educação Nova, de inspiração deweyniana, desenvolvendo na cidade do Rio de Janeiro uma experiência pioneira do que mais tarde viriam a ser as escolas-parque de Salvador e de Brasília.

Com a ascensão de Vargas ao poder, educadores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Paschoal Lemme, Cecília Meirelles, Frota-Pessoa e tantos outros, não escondiam a esperança de que o novo governo que chegara ao Catete com a bandeira da modernização, viesse de fato a criar oportunidades para uma nova política de educação. A primeira grande decisão de criar o Ministério da Educação e da Saúde





em abril de 1930 e nomeando Francisco Campos para Ministro, sinalizava em prol das aspirações e das propostas do movimento de renovação educacional que, desde os anos 1920, vinha, com reformas e ideias, alertando o país para a importância da educação como condição insubstituível para o desenvolvimento da nação. Não se poderia sair de uma Primeira República marcada pela política do “coronelismo, enxada e voto”, sem o concurso de uma educação moderna e democrática pleiteada pelos educadores pioneiros e liberais desse tempo.

Todavia, a chegada de Vargas ao *status* de primeiro mandatário do país, em 1930, só foi possível mediante a coalizão de forças heterogêneas, algumas das quais com posições retrógradas e conservadoras. Uma dessas correntes conservadoras, a da Igreja, via na concepção pedagógica da Educação Nova, a presença de valores pagãos que negavam o sentido maior do catolicismo. Em decorrência, uma intensa polêmica se instaurou entre os educadores liberais e os educadores católicos. Anísio Teixeira chegou a ser acusado de socialista e comunista. No final de 1931, na Conferência de Educação realizada em Niterói, os educadores, aproveitando o pedido do Governo para a elaboração de uma proposta para a educação nacional, confiaram a Fernando de Azevedo a tarefa de produzir um documento que foi divulgado no começo do ano seguinte, em 1932, como um Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse documento foi assinado por 26 educadores e intelectuais e, pelo seu conteúdo e qualidade, teve e continua tendo enorme repercussão na política educacional do país.

O Manifesto dos Pioneiros, que este ano comemora o seu 80º Aniversário, é um documento completo de política educacional. Fernando de Azevedo teve o mérito de sintetizar nesse histórico documento todas as diversas tendências do movimento de renovação educacional. Em relação à universidade, retoma algumas ideias do Inquérito realizado no Estado de São Paulo e acrescenta outras, acolhendo sugestões de vários signatários, entre eles, certamente, Anísio Teixeira.





O Manifesto critica a tradição da educação superior no Brasil de estar a serviço das profissões liberais, o que vinha impedindo o alargamento dos horizontes científicos e culturais. Nele, a pesquisa constituía o ponto nevrálgico da universidade que incentiva e domina qualquer outra função. Pela pesquisa se atinge a profundidade e largueza de vistas e credencia a universidade para o aperfeiçoamento constante do saber humano (AZEVEDO, 1932, p. 61-62). Por isso a educação universitária não poderia continuar prisioneira dos objetivos imediatos da formação profissional. Impunha-se, portanto, a fundação de universidades, a exemplo do que há séculos haviam feito os países mais avançados, inclusive os da América do Sul:

A organização de universidades é, pois, tanto mais necessária e urgente quanto mais pensarmos que só com essas instituições, a que cabe criar e difundir ideais políticos, sociais, morais e estéticos, é que podemos obter esse intensivo espírito comum, nas aspirações, nos ideais e nas lutas, esse ‘estado de ânimo nacional’, capaz de dar força, eficácia e coerência à ação dos homens, sejam quais forem as divergências que possam estabelecer entre eles a diversidade de pontos de vista na solução dos problemas brasileiros” (MANIFESTO, 1932, p. 63-64).

Observe-se que a universidade, na concepção do Manifesto, de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira, que o assinaram, era reservada a missão de contribuir para elevar e fortalecer a dimensão do espírito comum e democrático em prol dos ideais do País. No fundo, reivindicava o Manifesto uma univer-





cidade mergulhada na intimidade nacional e capaz de ajudar a nossa independência intelectual e socioeconômica. Uma universidade que viesse a contribuir para superar “a superficialidade de cultura, fácil e apressada” então predominante na cultura brasileira. Uma universidade crítica solidamente apoiada em estudos e pesquisas aprofundados. Em outra passagem do Manifesto, essa concepção crítica atinge maior clareza:

E a universidade, no conjunto de suas instituições de alta cultura, prepostas ao estudo científico dos grandes problemas nacionais, que nos dará os meios de combater a facilidade de tudo admitir; o ceticismo de nada escolher e julgar; a falta de crítica por falta de espírito de síntese; a indiferença ou a neutralidade no terreno das ideias; a ignorância da ‘mais humana de todas as operações intelectuais, que é a de tomar partido’, e a tendência e o espírito fácil de substituir os princípios (ainda que provisórios), pelo paradoxo e pelo humor, esses recursos desesperados (MANIFESTO, 1932, p. 64).

O Manifesto contempla um outro aspecto que é importante comentar e que se refere à formação das elites de um país. Defendia a tese de que, como a universidade se encontra no ápice de todas as instituições educativas, a ela está destinada nas sociedades modernas a desenvolver um papel cada vez maior na formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos e educadores necessários ao estudo e soluções dos desafios sociais e econômicos (MANIFESTO, 1932, p. 64). Sublinha o Manifesto que,





Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa. Certamente o novo conceito de educação repele as elites formadas artificialmente ‘por diferenciação econômica’ ou sob o critério da independência econômica, que não é nem pode ser, hoje, elemento necessário para fazer parte delas. A primeira condição para que uma elite desempenhe a sua missão e cumpra o seu dever é de ser ‘inteiramente aberta’ e não somente de admitir todas as capacidades novas, como também de rejeitar implacavelmente de seu seio todos os indivíduos que não desempenham a função social que lhes é atribuída no interesse da coletividade (AZEVEDO, 1932, p. 64-65).

Em que pese essa visão elitista da universidade, é preciso contextualizá-la ao tempo em que o Manifesto foi divulgado. Tratava-se de uma época de transição e de forte predominância do patrimonialismo. O País não possuía instituições universitárias dedicadas ao estudo sistemático das questões sociais e econômicas e a influência das ideias positivistas estavam presentes no seio de boa parte da intelectualidade. É importante considerar que o pensamento do Manifesto se orientava no sentido de assegurar o interesse da coletividade. É oportuno ainda adicionar que a formação universitária de alto nível técnico e político é o melhor caminho para garantir o preparo de quadros dirigentes com a competência e ética requerida para a meta que a cada dia mais se torna irreversível, que é a da universalização da cidadania. Ademais, não se pode perder de vista que, na história da cultura humana,





a universidade, sobretudo aquelas que merecem esse nome, é a instituição social mais ética de que dispomos.

Com a derrota dos paulistas na revolução de 1932, a elite de São Paulo, liderada por Armando de Sales Oliveira, então nomeado Governador do Estado, se mobiliza para concretizar a recomendação do Inquérito de 1926, de fundar uma universidade em São Paulo. Fernando de Azevedo é chamado a colaborar e desempenhará papel importante na concepção dessa Universidade, fundada em janeiro de 1934. “Com Armando Sales no poder”, escreveu Fernando de Azevedo, “e Júlio de Mesquita Filho na direção do Jornal O Estado de São Paulo, parecia ter chegado a hora de criar a Universidade de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (AZEVEDO, 1971, p. 119-120). Ambos estavam nessa luta desde 1923. Formou-se uma Comissão para levar avante a ideia, sendo Júlio de Mesquita Filho eleito presidente e Fernando de Azevedo, relator.

Uma parte importante da concepção da Universidade de São Paulo, foi o papel reservado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL. Os fundadores da USP, como Fernando de Azevedo, não queriam uma universidade instituída mediante a justaposição de faculdades profissionais. A ideia da Faculdade de Filosofia era a de “organizar-se como um núcleo em que se tem de centrar a universidade e em torno e em função do qual se reorganizariam, pela base, as escolas profissionais” (AZEVEDO, 1958, p. 114). Em face dos progressos inevitáveis da especialização profissional e técnica, tornava-se cada vez mais necessário alargar e aprofundar o suporte de cultura desinteressada, de base, para as especializações posteriores como um anteparo aos efeitos fragmentários de atividades circunscritas a campos profissionais crescentemente limitados (Idem, p. 115).

Sua concepção de universidade se aproximava em muito ao que Anísio Teixeira também projetara para a UDF. A intensa cooperação entre os dois é que deu formulações à negativa especialização excessiva das universidades e à busca de uma cultura





desinteressada para ela. Anísio Teixeira afirmara que as universidades haviam assumido um “espantoso praticismo” ao terem substituído a cultura por duas ou três profissões práticas. Tanto para ele como para Fernando de Azevedo, a universidade deveria ser um centro de investigação e de pesquisa científica. Para Anísio Teixeira, por exemplo, a cultura desinteressada romperia com o que havia se tornado regra na universidade, qual seja, o fornecimento de diplomas para o ingresso nas classes privilegiadas do país. Na sua visão, “profissões se regulamentam, mas não se regulamenta a cultura. Um homem culto e um homem diplomado são duas coisas, infelizmente, bem diversas entre nós” (TEIXEIRA, 1935, apud MENDONÇA, 1993, p. 128).

Reconhecendo que os fundadores da USP não se dispunham de quadro de professores à altura da nova missão, Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho propuseram a cooperação externa. Aceita a proposta pelo Governador Sales Oliveira, partiu Teodoro Ramos para a Europa onde contratou vários professores franceses, alemães, italianos, portugueses e espanhóis¹⁶. Tanto a ideia de Faculdade de Filosofia, como núcleo acadêmico propulsor da ciência e da cultura, quanto a vinda de professores estrangeiros, geraram vários protestos. O despeito dos que esperavam, com a criação da Faculdade de Filosofia, um novo emprego, a vaidade ferida de tantos que não foram chamados e os pruridos nacionalistas, deu ensejo a vários protestos pela imprensa contra a nova Faculdade que constituía, sem dúvida, séria ameaça ao regime

¹⁶ Foram contratados, para os diferentes cursos da Faculdade: na França, Robert Garric, Émile Cornaert, Pierre Deffontaines, Paul Arbousse-Bastide, Roger Bastide, Etienne Borne, Pierre Hourcade, Michel Berveiller, Jean Maugüe, Jean Gagé, Alfredo Bonzon, Pierre Monbeig, Fernand Paul Braudel, Claude Lévis-Strauss, François Perroux e Pierre Fromont. Na Itália foram contratados Luigi Galvani, Giacomo Albanese, Francesco Piccolo, Luigi Fantappiè, Ettore Onorato, Gleb Wataghin, Ottorino de Fiore di Cropani, Giuseppe Ungaretti, Giuseppe Occhialini e Vittorio de Falco. Na Alemanha, Ernest Breslau, Ernest Marcus, Heinrich Rheinboldt, Felix Rawitscher e Heinrich Hauptman, mais tarde Hans Stammreiche e Viktor Leinz. Em Portugal, Rebelo Gonçalves, Fidelino de Figueiredo e Urbano Canuto Soares. Além disso foram também contratados professores estrangeiros residentes em São Paulo temporariamente: Edgard Otto Gottsch, Paul Vanorden Shaw, George Raeders, Douglas Redshaw e Antonio Piccardo.





tradicional de escolas profissionalizantes já inteiramente superado (AZEVEDO, 1958, p. 123).

Decorridos quase 80 anos da criação da Universidade de São Paulo, que teve em Fernando de Azevedo um de seus principais mentores, não resta dúvida de que a contratação de mestres e pesquisadores estrangeiros desempenhou papel fundamental em sua trajetória, assegurando a sua crescente credibilidade científica e o lugar de destaque que ocupa hoje no País. Somente na cooperação francesa vieram Paul Abrousse Bastide, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, entre outros, “que abriram novas perspectivas e imprimiram notável impulso aos estudos sociológicos e etnológicos em São Paulo e, de modo geral, no país.” (AZEVEDO, 1964).

Por outro lado, Anísio Teixeira, como Diretor Geral da Instrução Pública no Rio de Janeiro, seguindo a trilha do movimento de renovação educacional desse tempo e o sob a inspiração do Manifesto de 1932, cria no Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal. Essa universidade nasceu, para usar a expressão de Hermes Lima, sob o fogo de seus opositores. A política nacional estava em estado de efervescência. Os anos de 1935, 1936 e 1937, foram marcados por intensas agitações políticas e sociais de que são exemplos o levante dos comunistas, o movimento dos operários, o crescimento do integralismo, a campanha presidencial e, por fim, a ditadura do Estado Novo. Anísio Teixeira era visto com desconfiança pelo grupo católico que, pautado pela Encíclica de Pio XI, de 1929, que havia estabelecido os direitos da Igreja na educação, moveu forte oposição à ideia da Universidade do Distrito Federal. Foi nesse clima de tensões e contradições que a ousadia do Educador conseguiu pôr em prática um dos mais ousados projetos de educação universitária do País.

A UDF integrava a luta dos pioneiros em dotar o país de instituições de alta pesquisa e cultura para livrá-lo do isolamento e do autodidatismo. “Somos isolados e hostis” dizia Anísio Teixeira, “porque é isolada e hostil a forma de nos prepararmos intelectualmente para as lutas da vida e do espírito” (TEIXEIRA, 2007, p. 124-125). A estrutura da universidade de concebida por ele era





constituída pelas escolas de Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e Instituto de Artes. O primeiro Reitor foi Afrânio Peixoto, empossado em abril de 1935 e que, além de atrair uma plêiade de intelectuais, cientistas e artistas, chegou a contar também, a exemplo da USP, com a cooperação externa, como os da missão francesa que viabilizou a vinda e permanência por todo um ano de renomados professores como Émile Brehier, Jacques Lambert e Pierre Deffontaines (PAIM, 1980, p. 80).

Uma das dimensões renovadoras da Universidade de Anísio Teixeira era a Escola de Educação que ocupava posição de centralidade na estrutura da universidade. Constituída a partir da incorporação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, essa escola tinha entre os seus objetivos a formação de professores para a educação primária e secundária em nível superior. Um pouco antes, Fernando de Azevedo havia feito tentativa semelhante no Instituto de Educação de São Paulo. Em termos de conteúdo, Anísio Teixeira considerava fundamental que as matérias de ensino partissem de questões propostas pelos programas da escola primária (LOPES, 2009, p. 52). Sonia Lopes sintetiza a filosofia da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal:

Na visão de Anísio, todos os professores deveriam estar, acima de tudo, interessados no processo educativo, e não divididos entre especialistas empenhados na pesquisa, muitas vezes estéril, e docentes sobrecarregados com as aulas apenas. A ideia do professor/pesquisador, que reflete sobre sua própria prática, está presente nas concepções de Anísio sobre o curso de formação de professores, bem como a ideia de pesquisa aplicada, fazendo das ciências a base de reflexão e a alavanca para as mudanças que deveriam ocorrer no campo educacional (LOPES, 2009, p. 62).





Como se pode observar pelos argumentos de Sonia Lopes, é impressionante a atualidade da concepção pedagógica da Faculdade de Educação imaginada por Anísio Teixeira. Quando hoje ainda se diagnostica como enorme desafio à articulação entre a teoria e prática na formação de professores, não será difícil admitir que, tivessem prosperado as ideias e as experiências de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo no propósito pioneiro de formar, em nível universitário, os professores para educação fundamental, com a devida integração entre o ensino e a pesquisa, certamente nos encontraríamos em situação muito mais confortável em relação, por exemplo, à acentuada repetência escolar e aos baixos desempenhos da escola básica brasileira. Só muito recentemente a universidade começou a enfrentar esse problema crônico de nossa história pedagógica, o que significa que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que nossas faculdades de educação atinjam o *status* formador pensado e experimentado por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo há 8 decênios. Como concluiu Sonia Lopes em sua pesquisa sobre a Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal:

A formação pedagógica desvinculada da formação específica, separando o conteúdo da metodologia, assim como a percepção dicotomizada entre ensino e pesquisa, ainda constituem obstáculos à formação docente realizada por nossas universidades, advindo talvez daí o desprestígio dos cursos de licenciatura e a deterioração cada vez mais profunda da identidade daqueles que se dedicam ao magistério (LOPES, 2009, p. 65).

A questão da formação docente, em cuja complexidade as universidades se debatem, certamente não será resolvida com a criação





de novos espaços, nos quais se evidencia com maior ênfase a separação entre aqueles que produzem o conhecimento e o profissional que domina as técnicas de ensino, mas que não vivencia pela experiência direta a realidade da pesquisa educacional (Idem, p. 65).

É certo que o desprestígio das profissões docentes vem sendo também profundamente afetado por outros fatores, entre os quais se avolumam os baixos salários dos professores. A carreira não é atraente e requer revisões urgentes para dotá-la das condições competitivas de mercado, o que só será possível por intermédio de uma consistente e continuada política de valorização da profissão docente que demanda ações tanto no plano pedagógico para a qual podem ser aproveitados os princípios norteadores da Escola de Educação da UDF, como também exige a ampliação de investimentos e a reorganização do sistema de avaliação e supervisão com vistas a um federalismo cooperativo e responsável.

Anísio Teixeira via a universidade como uma instituição diferenciada das demais. Em seu discurso à época da inauguração da UDF, ele afirmou que a função da universidade era única e exclusiva. “Difundir a cultura humana, enriquecendo-a e vitalizando o saber do passado com a sedução, atração e o ímpeto do presente, são missões que só a universidade pode levar avante. São as universidades que fazem a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil” (TEIXEIRA, 2009, p. 206-207). Sendo a universidade de uma instituição única e exclusiva, como ele desejava, torna-se necessário introduzir uma questão presente no que diz respeito a falta de autonomia da universidade, subordinada a instâncias burocráticas que lhe subtrai e bloqueia a ousadia. Nesse sentido, sobreleva em atualidade um dispositivo da reforma de 1968 (Lei 5.540) que previa a organização das universidades federais como autarquias especiais. Lamentavelmente, essa abertura, já superada por dispositivos padronizadores, nunca foi objeto de





alguma tentativa de regulamentação. Dessa forma, é necessário agendar para a discussão pública que a universidade é uma instituição que, para cumprir sua missão, seja em relação ao avanço do conhecimento, seja na preparação de quadros humanos de alto nível, não pode ser organizada com a mesma natureza jurídica das demais instituições do Estado. Não pode estar sujeita às oscilações das políticas trabalhistas do poder público que as obriga a gastar tempo precioso em lutas e campanhas por melhores salários e condições de trabalho.

Não seria demasiado afirmar que a proposta do Manifesto de criar uma universidade dedicada ao estudo científico dos grandes problemas nacionais (MANIFESTO, 1932, p. 64) só se efetivará em sua plenitude na medida em que ela tiver plena liberdade para as ousadias do pensamento. Ou ainda, como pontuou Eduardo Portella, “se é verdade que a utopia continua sendo dimensão fundamental da existência humana, também é certo que só a universidade dispõe de instrumentos reflexivos em condições de gerar utopias concretas” (PORTELLA, 2002, p. 4).

A luta iniciada por esses dois educadores e pensadores da educação nacional nos anos 1920, no sentido de fundar no Brasil universidades de excelência acadêmica e social, haveria de continuar até os anos 1970, quando ambos se foram, porém deixando um legado de ideias e de experiências com vitalidade para fomentar reflexões fundamentais para repensar e reoxigenar a universidade em sua missão hodierna de enfrentar os desafios que persistem, como também os novos desafios que estão à vista em decorrência do quadro de oscilações, tensões, contradições e incertezas sobre o futuro das sociedades contemporâneas.

Assim, nas décadas que seguem ao Manifesto dos Pioneiros, à fundação da Universidade de São Paulo e do Distrito Federal, em diversos momentos da luta em prol da educação pública e de uma universidade de alta cultura e ciência, suas contribuições se destacariam, em termos de ideias e de ações. Escreveram artigos e produziram obras que se tornariam referências no pensamento





pedagógico brasileiro; e por onde passaram, ocupando cargos públicos no plano regional, no caso de Fernando de Azevedo, e de âmbito nacional, em relação a Anísio Teixeira, deixaram exemplos de ousadia e conduta ética inabalável.

A formação de professores sempre mereceu por parte de Anísio Teixeira e de Fernando de Azevedo local de destaque. Já em 1933, Fernando de Azevedo, como responsável pela disciplina de sociologia educacional, permaneceu à frente do Instituto de Educação, quando este foi transferido para a USP, em 1934, no âmbito da FFCL. A importância dada por ele à formação de professores pode ser compreendida no interessante relato que faz:

(...) misturavam-se [*no ensino normal*], atropelando-se, matérias de ginásio e de preparação pedagógica. Que resolvi eu fazer pelo código? Separar os dois tipos de ensino, misturados no curso tradicional, criando o curso ginásial de cinco anos em todas as Escolas Normais e sobrepondo a esse curso básico, propedêutico, o de formação de professores, de três anos. Terminado o ensino primário (...) o aluno teria de fazer o curso ginásial (...) para, depois (...) matricular-se na Escola de Professores Primários (...). Já estava, com essa nova organização, aberto o caminho para elevar ao nível universitário a formação profissional do professor primário. (AZEVEDO, História de minha vida, p. 117. Grifo nosso).

Mais tarde, em 1952, quando ocupava a presidência do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Anísio Teixeira, inicia um processo que chamou no discurso de posse de “fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil”. (Relatório do Inep 50 anos, 1987). Foi assim que, em 1955, cria o Centro





Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com sede no Rio de Janeiro e centros regionais em várias capitais. Desse mesmo modo foi criado o CRPE – Centro Regional de Pesquisas Educacionais “Professor Queirós Filho”, em São Paulo, inaugurado em 12 de junho de 1956, tendo como diretor Fernando de Azevedo.

O CRPE foi estruturado nas divisões de Estudos e Pesquisas Educacionais e Sociais e de Aperfeiçoamento do Magistério, além de possuir os Serviços de Estatística, de Publicações, de Recursos Audiovisuais e a Biblioteca. Segundo Azevedo, o Centro Regional de São Paulo, cuja atuação se estendia aos Estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás, ultrapassou seu caráter regional para atender a todo o país e à América Latina. Ao fazer um balanço da sua gestão à frente do CRPE, Fernando de Azevedo assim resumiu:

(...) Durante os cinco anos e meio de minhas iniciativas e atividades no Centro, sucederam-se, com êxito crescente, os cursos de aperfeiçoamento de professores para a América Latina, cursos de conferências, de aperfeiçoamento e especialização e missões de professores a diversas regiões de S. Paulo para estudo e debates sobre problemas educacionais (...) Instalou-se a biblioteca; criou-se a seção gráfica, fundou-se a revista do Centro, Pesquisa e Planejamento, e, além dos edifícios destinados à Escola de Aplicação, para experiências de novas técnicas de ensino, constrói-se (...) o de apartamentos ou quartos para residência de professores-estudantes do país e do estrangeiro. (AZEVEDO, 1971, p. 157).

Sem dúvida, a inspiração de ambos, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo propiciaram um ambiente favorável a empreender essas iniciativas. Alguns meses depois de tomar posse





no CRPE, Anísio Teixeira assim se dirigiu ao amigo Fernando de Azevedo sobre os propósitos do que ele chamava das bases científicas da reconstrução educacional.

Meu caro Fernando: recebi ontem a sua carta de 21, que muito lhe agradeço. Toda a matéria do início dos trabalhos do Centro sugeriu-me falar-lhe a respeito de certos objetivos, que tenho mais in petto do que expressos, para o nosso trabalho.

Primeiro: a minha ideia de ‘pesquisa educacional’, além de compreender tudo que é realmente pesquisa, incluiria algo de mais geral, que seria transmitir a todo o sistema escolar, da classe à sala do diretor, a ideia de que todo esse imenso aparelho é um aparelho de coleta e registro de fatos; que tais fatos constituem a matéria prima para a pesquisa; e que, portanto, se forem melhoradas as formas de registro dos fatos e os mesmos se fizerem cumulativos – na escola e na classe se encontrarão sempre um material abundantíssimo para o estudo dos alunos, dos métodos e do conteúdo do ensino.

Isto posto, um dos primeiros trabalhos-raízes do Centro seria o preparo de formulário e fichas para o registro de fatos escolares. Substitui o registro puramente estatístico ou, se quiser, quantitativo dos registros escolares, pelo qualitativo. Haveria então uma ficha do aluno, desenvolvida e cumulativa, que nos daria a história do aluno na escola. Uma ficha idêntica do professor. E, possivelmente, outra de fatos escolares, algo como o diário de bordo





de um navio. Com esses três documentos, teríamos sempre um conjunto de fatos seguidos e, repito, acumulados, isto é, longitudinais sobre o aluno, o professor e a escola: verdadeiro tesouro para pesquisas de toda espécie.

Segundo: Além da acumulação desse material, o professor e o diretor da escola seriam instruídos de que eles sempre se poderiam dirigir ao Centro para estudar problemas que lhes tivessem surgido e que não tivessem capacidade de resolver. Deste modo, não seriam apenas coletores de fatos, mas pessoas que estariam refletindo sobre esses fatos e sentindo os problemas que eles suscitavam. E, assim, estariam fazendo parte do grande corpo de pesquisadores educacionais em que se deve transformar toda a profissão do magistério.

Terceiro: Por sua vez, o Centro não deveria ser apenas um foco de pesquisas, mas, um núcleo de preparação de material de ensino, compreendido nesta expressão, tudo que fossem recursos materiais para a educação, desde livros, de texto e de fontes, guias e mesmo o que, nos EUA se chama de instructive materials, isto é, material de laboratório e de classe.

O Centro manteria setores de a) leitura, escrita e matemática; b) ciências; c) ciências sociais; d) artes industriais; e) desenho, etc. etc. Cada um desses setores estaria trabalhando na produção não tanto de métodos quando de meios, recursos e expedientes de ensino. Creio que você tem aí os guias de ensino primário do Distrito Federal, que fiz republicar. Adaptar e





desenvolver tais guias para S. Paulo parecia-me um grande trabalho a que o Centro poderia desde já dedicar-se. Examine esses guias e veja como são interessantes e atuais. Tudo(?) estava em adaptá-los com bibliografias de hoje para S. Paulo.

No campo das ciências na escola primária, poderia v. imaginar absorver a seção de ciências do IBEC daí e montar uma seção de ciências nas escolas normais e nas escolas primárias que poderia se fazer algo de revolucionário, mostrando como se poderia hoje fazer uma iniciação científica na escola primária. Mando-lhe estas ideias escritas assim ao correr da pena, para lhe significar quanto penso poder o Centro se tornar algo de concreto e prático no auxílio ao magistério e às escolas. Tudo está em substituir a ideia de reformar a escola por preceitos, ou ordens, ou determinações, ou normas, pela ideia de reformá-la pela mudança de condições, pelos nossos recursos oferecidos e pela transformação das ideias dos professores (...).

Contando estar aí em novembro, sou o seu de sempre. Anísio. (Arquivo Fernando de Azevedo. USP. IEB-AFA, Cp. Cx. 32-A, 68, de 24 de outubro de 1956).

Nessa correspondência Anísio Teixeira revela sua visão de educação e sua luta por criar uma cultura da teorização da prática pedagógica a partir da vivência diária dos professores. Pensava nos métodos para captar e sistematizar essas informações e para oferecer um banco de experiências prontas para subsidiar os professores na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Ao





apresentar o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), que foi o embrião do escritório da UNESCO no Brasil, Anísio Teixeira mostrava a importância do ensino de ciências e via nesse processo o despertar de um procedimento de transformações da educação brasileira. Dar aos professores condições de desenvolverem os conteúdos e de problematizar, a partir da sua prática pedagógica, revelam a revolução que o Educador queria empreender na educação brasileira.

No plano das ideias, que constitui o foco central deste artigo, é oportuno sublinhar mais alguns pontos importantes sobre a universidade pela qual dedicaram boa parte de suas vidas ambos Educadores. Em 1944, em uma conferência sobre a Universidade e o mundo do futuro Fernando de Azevedo enriqueceria sua concepção de universidade, sobretudo com o objetivo de chamar a atenção sobre alguns obstáculos que poderiam comprometer o seu sucesso:

(...) para que as universidades se transformem a um tempo, em centros de alta especialização intelectual e científica e em focos de irradiação cultural, devem organizar-se de maneira que, servindo à conservação e ao progresso constante do saber humano, possam adaptar-se às diferenças regionais, favorecer a interação contínua dos núcleos culturais e exercer uma ação larga e intensa sobre as camadas populares. Nada de imutável deve nela existir, nada de fixo e parado; nada que seja suscetível constringer a sua evolução ou de submetê-la a padrões rígidos que possam entrar-lhe o desenvolvimento ou o processo normal de adaptação às condições do tempo e aos quadros geográficos e culturais do país.





Não sendo um produto cristalizado, mas vivo, uma ‘obra histórica’, o que lhe poderá comprometer o sucesso é, antes de tudo, a rotina burocrática, o rigor e a estreiteza de fórmulas e o excesso de organização (AZEVEDO, 1944, p.162-163).

Não há dúvida de que a rotina, a burocracia e a padronização das instituições, como se não houvesse diferenças regionais, estão entre os fatores que dificultam ou impedem a consecução de seus objetivos maiores, entre eles, a ser uma instância de alto nível e credibilidade pública em condições de ajudar o país a encontrar os melhores caminhos e alternativas para impulsionar o seu desenvolvimento.

Do mesmo modo, Anísio Teixeira, em sua longa trajetória na educação brasileira, de profunda crença na democracia e no poder da educação para construí-la, onde não foram poucos os episódios de perseguição e de injustas acusações, haveria de aprofundar de forma crescente, suas reflexões sobre a melhor universidade para o Brasil. Em 1961, examinando o projeto de Darcy Ribeiro para a UnB, ele afirmou que a nova universidade poderia transformar-se no primeiro marco de integração universitária no Brasil, substituindo a organização ganglionar e pulverizada então vigente pela pedagogia da cooperação e interpenetração, cultivando a unidade na diversidade (TEIXEIRA, 1991, p. 97-98). Ele acreditava que, pela primeira vez, os fatos corresponderiam à semântica (Idem, p. 98). Certamente o que aconteceu com a UnB a partir de 1964 o deixaria profundamente cético, mas ainda com esperanças, certamente o princípio de esperança de que falava Ernst Bloch. A demissão dos cargos que exercia e as perseguições que se seguiram não o abateriam. Em um artigo publicado alguns meses antes da reforma universitária de 1968, ele colocou em pauta um aspecto quase sempre deixado à margem:





(...) a universidade é a transmissora de uma cultura comum. Nisto é que a universidade brasileira mais falhou. Além de profissional, a universidade brasileira, relativamente desinteressada pelo Brasil, não logrou constituir-se a transmissora de uma cultura comum nacional. A universidade não é só a expressão do saber abstrato e sistematizado e como tal universalizado, mas a expressão concreta da cultura da sociedade em que estiver inserida. E é por isto que vemos a universidade germânica cultivar e transmitir a cultura germânica. A universidade inglesa, cultivar e transmitir a cultura inglesa. A universidade francesa, a cultura francesa. A universidade americana, a cultura americana. A universidade brasileira tem que ser a grande formuladora e transmissora da cultura brasileira. Esta cultura brasileira, concebida como modo geral de vida de toda a sociedade, é algo que está em processo, que se vem elaborando e que a universidade irá procurar descobrir, formular, definir, tornar consciente e, deste modo, nela integrar todo o povo brasileiro (TEIXEIRA, 1969, p. 235-236).

Essa posição de Anísio Teixeira inscreve-se no contexto atual da grande inclusão educacional que se verifica no Brasil, em todos os graus e modalidades do ensino. A política de democratização das oportunidades educacionais em curso, que está abrindo espaços para segmentos populacionais historicamente excluídos, poderá permitir a integração de todo o povo brasileiro, como queria o Educador. Daí a importância da universidade debruçar-se sobre esse fenômeno e exercer papel pró-ativo na produção





de conhecimentos e no desenho de políticas públicas que possam enriquecer e qualificar esse processo de integração que se tornou imperativo e irreversível.

Para concluir, importa assinalar que Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo se apaixonaram pela educação na mesma época e, desde o primeiro encontro, em 1929, quando o primeiro foi levar a Fernando de Azevedo a carta de apresentação de Monteiro Lobato. Teve início aí uma longa amizade que se ampliaria e se consolidaria em lutas comuns por mais de 4 décadas, apenas sendo interrompida no final de suas vidas.

Em 1960, a Editora Civilização Brasileira publicou um livro sobre Anísio Teixeira em reconhecimento à sua extraordinária contribuição à educação brasileira. Um dos artigos inseridos na obra é de autoria de Fernando de Azevedo que, após tecer considerações sobre a inteligência e as várias virtudes do amigo, assim escreveu:

Mas toda essa inteligência, com sua capacidade crítica e especulativa, e os instrumentos intelectuais que se forjou, ele a pôs inteiramente a serviço da educação. É nesses domínios que sempre atuou, com uma força criadora em movimento e com qualquer coisa de apostólico. Sendo mais um raciocinador, um lógico, um debatedor, mas incapaz de se deixar aprisionar nas malhas de um sistema, cruzou todos os setores da educação, como um despertador de ideias, estimulador do espírito crítico, incentivador de debates, terrível agente de mudanças” (VÁRIOS, 1960, p. 80-81).

É provável que Anísio Teixeira dissesse o mesmo de Fernando de Azevedo devido à admiração e ao respeito recíproco que existia entre eles, como também pela semelhança de ideias em muitos aspectos da política de educação e da prática pedagógica.





Referências bibliográficas:

- AZEVEDO, F. DE. **Manifesto dos pioneiros da educação nova**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1932.
- AZEVEDO, F. DE. **A educação entre dois mundos**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- AZEVEDO, F. DE. **A educação na encruzilhada**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960a.
- AZEVEDO, F. DE. Anísio Teixeira ou a inteligência. In: **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960b.
- AZEVEDO, F. DE. Na pesquisa das raízes de uma instituição. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: Rio de Janeiro**, v. 42, n. 95, p. 18-36, Jul. 1964.
- AZEVEDO, F. DE. **História de minha vida**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1971.
- AZEVEDO, F. DE. **Figuras do meu convívio**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- CUNHA, C. DA. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1969.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **INEP 50 Anos**. Brasília: INEP, 1987.
- LOBATO, M. Carta a Fernando de Azevedo. In: **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- LOPES, S. M. DE C. N. A Escola de Educação como eixo integrador da universidade. In: **FÁVERO, Maria de Lourdes; LOPES, Sonia Maria de Castro Nogueira (orgs.). A universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além do seu tempo**. Brasília: Liber Livro, 2009.





- MENDONÇA, A. W. P. . **Universidade e Formação de Professores: uma perspectiva integradora. A Universidade de Educação de Anísio Teixeira (1935-1939)**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC-Rio, 1993.
- PAIM, A. Por uma Universidade no Rio de Janeiro. In: **SCHWARTZMAN, Simon (org.). Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.
- PORTELLA, E. **A universidade das humanidades**. Conferência proferida ao receber o título de Professor Emérito da UFRJ no Auditório Machado de Assis da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Set. 2002.
- TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- TEIXEIRA, A. Pronunciamento sobre o projeto da UnB. In: **CARTA: reflexões, memórias**. Brasília: Gabinete Darcy Ribeiro, 1991.
- TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 2007.
- TEIXEIRA, A. A função das universidades. Discurso de inauguração da UDF. In: **FÁVERO, Maria de Lourdes; LOPES, Sonia Maria de Castro Nogueira (orgs.). A universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além do seu tempo**. Brasília: Liber Livro, 2009.

